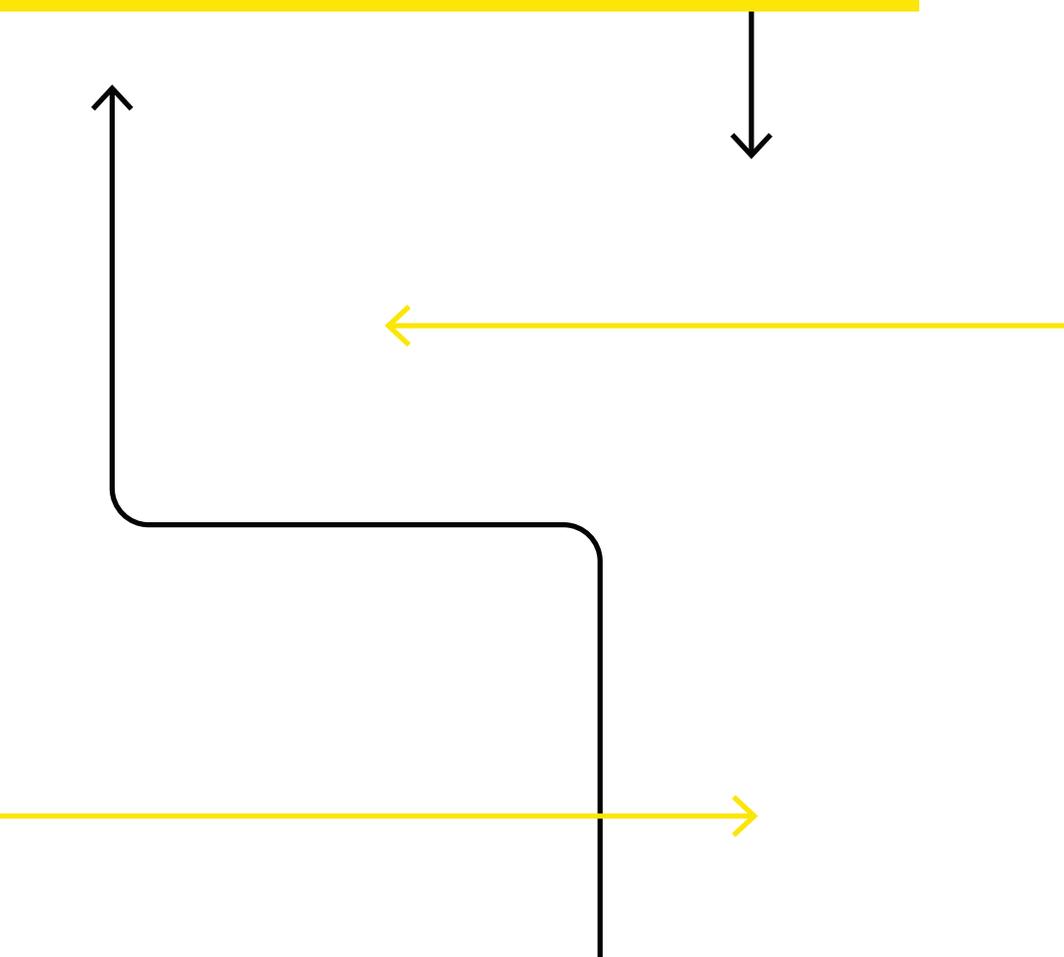


**PROPOSTAS
DA COALIZÃO
DO SETOR DA
COMUNICAÇÃO
PARA OS
DESAFIOS DO
PL 2630/2020**



A SOLUÇÃO IDEAL CONTRA A EPIDEMIA DA DESINFORMAÇÃO: APROVAR O PL 2630/20



Valorizar o jornalismo
por meio da remuneração da
atividade jornalística.



Defender o patrimônio do país
por meio da regulação da publicidade digital
contratada no exterior e direcionada ao
público brasileiro, seguindo as regras
tributárias e publicitárias brasileiras.



Identificar todas as empresas
que participam da cadeia da publicidade
digital (contratantes, intermediários e
divulgadores) junto à Receita Federal.

**FAKE NEWS: Só no Brasil
querem regular a internet.**



A VERDADE:

**Pelo menos 55 países já aplicam
controles no uso da internet.**

A publicação das Leis dos Serviços Digitais (DSA) e dos Mercados Digitais (DMA) pela União Europeia é um exemplo dessas iniciativas.

O CONTEXTO GLOBAL DA DESINFORMAÇÃO



Explosão das fake news

O crescimento da internet, das redes sociais, ferramentas de busca e dos aplicativos de mensagens trouxe como efeito colateral a explosão das fake news – a desinformação em larga escala.

O avanço da desinformação

Ocorre com a fragilização do jornalismo, em razão da enorme quantidade de recursos publicitários direcionados para as big techs.

Controles insuficientes

Os supostos controles internos das plataformas se mostram insuficientes para conter a desinformação, que em grande medida é impulsionada como propaganda.

Desrepeito às leis nacionais

As plataformas ignoram leis e códigos brasileiros de publicidade e nem têm transparência em seus algoritmos.

AS CONSEQUÊNCIAS DA POLUIÇÃO DIGITAL



Riscos à democracia
e à estabilidade econômica
e geopolítica mundial.

**Crescimento
do extremismo**
por meio das
bolhas de opinião.

**Aumento da turbulência
da vida em sociedade** e
até mesmo nas famílias.

Surgimento dos desertos de notícias,
vastas regiões onde já não há mais produção
independente de jornalismo profissional.

RESPONSABILIDADE DAS PLATAFORMAS

O **PL 2.630/2020** (Lei de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet) ficou conhecido como “**PL das Fake News**”, mas é muito mais que isso.



Ampliação da proteção aos usuários, com regras claras de moderação de conteúdo, funcionamento de redes sociais, ferramentas de buscas e aplicativos de mensagens.



Preservação da liberdade de expressão assegura a livre manifestação do pensamento, de expressão, a inviolabilidade das comunicações, da privacidade e a proteção de dados pessoais.



Criação de regras de transparência e cumprimento de normas brasileiras quanto a conteúdos patrocinados e impulsionados.

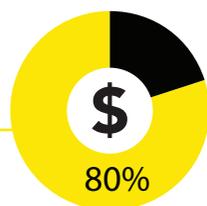
FAKE NEWS: O PL 2630/2020 não foi discutido.



A VERDADE: Houve ampla discussão no Congresso, com a participação de mais de 100 especialistas em dezenas de audiências públicas. A discussão técnica e qualificada contribuiu para um texto legislativo que fomenta uma internet mais sadia e plural.

TRANSPARÊNCIA NA PUBLICIDADE

Conteúdos pagos e publicidade representam mais de 80% das receitas das plataformas e impulsionam grande parte da desinformação. Por isso, o PL 2.630 determina:



Mais transparência. As plataformas devem deixar claro o que é conteúdo noticioso, impulsionado ou publicidade regular e abrangente. Ou seja, é o fim da enganação dos usuários sobre as motivações do conteúdo entregue a ele.



Respeito ao Brasil e a suas leis. A comercialização da publicidade voltada para os brasileiros, inclusive por provedores com sede no exterior, deve ser realizada por representante no Brasil e de acordo com a nossa legislação.



Mais arrecadação. A regra acima evita a evasão fiscal de receitas sobre anúncios contratados fora do país direcionados ao mercado brasileiro e que hoje não recolhem impostos. É uma fortuna que devia ser usada em prol dos brasileiros.

REMUNERAÇÃO DE CONTEÚDO JORNALÍSTICO

FAKE NEWS: A remuneração do jornalismo não tem nada a ver com uma lei que combate a desinformação.



A VERDADE: Um jornalismo saudável, com vigor financeiro e independente, é fundamental para o combate à desinformação. As plataformas geram uma poluição social e devem bancar parte da limpeza dessa sujeira desinformativa. Um jornalismo vigoroso é a vacina mais eficaz para prevenir que as fake news contagem a democracia e para desfazer as mentiras que circulam pela internet.

FAKE NEWS: As plataformas já pagam pelo conteúdo jornalístico e geram audiência para os veículos.



A VERDADE: Nenhum veículo de comunicação privado e independente sobrevive hoje com recursos e audiência vindos de plataformas ou só com publicidade, porque a imensa parte das verbas se concentra nas próprias big techs. Algumas plataformas pagam valores simbólicos pela compra de algumas notícias, sem capacidade de reverter o avanço do deserto de notícias.

FAKE NEWS: A remuneração do jornalismo só vai favorecer os grandes veículos.



A VERDADE: A lei estabelece a necessidade de uma regulação posterior. Na Austrália, onde já existe uma lei de remuneração há dois anos, centenas de pequenos veículos, inclusive dirigidos a minorias ou em regiões remotas, passaram a receber recursos expressivos e a reocupar os antigos desertos de notícias. Na União Europeia, 23 dos 27 países-membros já adotam sistemas de remuneração, e o Canadá deve aprovar sua lei neste semestre.

FAKE NEWS: Se for adotada a remuneração do jornalismo, as plataformas vão embora do país.



A VERDADE: Essa ameaça foi um blefe usado na Austrália e que revoltou a sociedade australiana. A realidade é que centenas de acordos de remuneração estão sendo fechados em outras democracias com a intenção de proteger a cultura local, a informação plural e verdadeira, além do direito de cada cidadão ter informações verídicas para fazer suas próprias escolhas.

COALIZÃO DO SETOR DA COMUNICAÇÃO PARA OS DESAFIOS DO PL DAS FAKE NEWS

